

[Copa na Rússia registrou 45 casos de assédio, revela ONG](#)

A ONG Fare Network, uma entidade parceira da Fifa que monitora questões de discriminação, revelou nesta quinta-feira (12) que foram registrados 45 casos de assédio sexual na Copa do Mundo de 2018, na Rússia.

[\(Universa, 12/07/2018 - acesse no site de origem\)](#)

No entanto, apesar dos dados apresentados, a própria Fare alerta que os números de assédios na Copa podem ter sido 10 vezes maiores, já que, na maioria das vezes, os abusos não são registrados.

Segundo Piara Power, diretor da entidade, dos 45 casos, 15 deles foram contra jornalistas, que foram atacadas ou beijadas à força por torcedores enquanto trabalhavam nas ruas de cidades russas e estádios.

Leia mais: [Fifa proíbe emissoras de TV de filmarem 'torcedoras bonitas' \(Universa, 12/07/2018\)](#)

“Estes casos aconteceram fora dos estádios e soubemos pela mídia e redes sociais, que nos permitem monitorar de uma maneira muito melhor a situação”, disse Federico Addiechi, chefe de sustentabilidade e diversidade da Fifa.

Ainda de acordo com a Fifa e a Fare, os torcedores que foram identificados nos casos de assédio passaram a ser impedidos de entrar nos estádios.

Addiecho ainda afirmou que, apesar da seriedade dos casos, está “satisfeito” com a situação, já que o número de incidentes “foi pequeno”.

O caso mais notório é o do grupo de brasileiros que cercou uma jovem estrangeira e a fez repetir frases que remetiam ao seu órgão sexual, sem que ela soubesse seu real significado.

[Por assédio, Rússia abre inquérito contra brasileiros que constrangeram mulher](#)

Ministério do Interior russo aceita denúncia da ativista russa Alyona Popova e inicia investigações nesta segunda-feira

[\(O Estado de S. Paulo, 02/07/2018 - acesse no site de origem\)](#)

O Ministério do Interior da Rússia abriu um inquérito formal contra os brasileiros que, nos

primeiros dias da Copa do Mundo, constrangeram uma mulher em Moscou, num vídeo que difundiram pela internet.

A decisão do governo foi uma reação à denúncia apresentada pela advogada e ativista russa, Alyona Popova. Numa carta endereçada a ela, a polícia de Moscou confirmou que iniciou investigações.

O documento, obtido pelo Estado, é desta segunda-feira (2 de julho de 2018) e indica que um registro especial foi dado ao caso, dentro do Ministério do Interior. As autoridades tinham um mês para dar uma resposta à ativista, o que significava que tinham um prazo até 20 de julho para tomar uma decisão. Mas anteciparam o processo e, em apenas dez dias, optaram por iniciar o caso.

Na carta enviada ao governo, a ativista considerava que “cidadãos estrangeiros deveriam pedir desculpas publicamente, e para a menina, e todos cidadãos russos diante do sexismo, da falta de respeito às leis da Federação Russa, o desrespeito por um cidadão russo, insultos, humilhação da honra e dignidade de um grupo de pessoas com base em seu gênero.”

Caso sejam considerados como culpados, os brasileiros podem sofrer sanções que vão desde multas até a proibição de voltarem a entrar em território russo.

Na comunicação ao governo datada de 20 de junho, Popova cita artigos das leis russas que apontam para punições quanto à humilhação ou insulto. Nesse caso, multa pode chegar a 3 mil rublos (R\$ 175). Mas também existiria a possibilidade de que os brasileiros sejam denunciados por violência da ordem pública e abusos sexuais. Uma responsabilidade criminal apenas poderia ser atribuída se ficar constatado que o ato tem uma relação com discriminação de sexo, de raça ou nacionalidade.

Num texto publicado pela ativista, ela alerta que um dos envolvidos tinha um cargo público e que “não podem humilhar” a mulher russa. Ela se referia ao tenente da Polícia Militar de Santa Catarina Eduardo Nunes, um dos identificados no vídeo. Segundo a advogada, a ofensa tem uma relação direta com “nacionalidade e gênero”. “Gostaria que esses cidadãos fossem punidos”, escreveu.

Na semana passada, o CEO da Copa, Alexey Sorokin, surpreendeu ao dizer que desconhecia os casos de assédio sexual por parte dos torcedores.

“Eu desconheço o tema. Não acho que isso seja um problema enorme, não ocorreu tanto”, tentou minimizar Sorokin. Na sequência, o CEO da Copa tentou mudar o tom da sua resposta e disse esperar que “todos tenham respeito, sem distinção entre homens, mulheres, crianças. “Cortesia é uma conduta básica. Em caso de condutas criminais, tomaremos medidas de acordo com as autoridades. Se quebrar as regras da lei, vão responder por isso”, disse o russo.

Jamil Chade

Aborto legal e violência doméstica permitida: como são os direitos da mulher na Rússia

Entenda como funcionam alguns dos direitos da mulher no país da Copa do Mundo

(Marie Claire, 28/06/2018 - acesse no site de origem)

A Rússia, país-sede da Copa do Mundo 2018, é muito mais do que as coloridas catedrais de Moscou e São Petersburgo. Recentemente, o caso dos brasileiros [assediando uma mulher russa](#) levantou o questionamento: como é ser mulher no país?

A Rússia não é conhecida por abraçar as causas das minorias, possui leis anti-LGBT e, mesmo assim, ainda supera o Brasil em um quesito: dos direitos reprodutivos da mulher.

Em 1920, três anos após o início da Revolução Russa, que deu origem à União Soviética, o aborto foi descriminalizado, passando por algumas regulamentações ao decorrer dos anos, mas ainda é permitido em todas as circunstâncias quando realizado até a 12ª semana da gravidez.

Fabíola Sucasas, promotora de Justiça do Estado de São Paulo, explica que, apesar da permissão, grupos religiosos têm se articulado para reverter a situação. O patriarca da Igreja Ortodoxa Russa, Cirilo I, assinou em 2016 um pedido para proibir totalmente a prática no país. O texto conseguiu mais de 300 mil assinaturas, mas o aborto segue permitido e regulamentado.

A Rússia, assim como o Brasil, é um país laico, portanto não deveria haver abertura para que correntes religiosas interferissem em assuntos estatais, explica Fabíola. “Misturar Igreja e Estado pode trazer riscos à proteção dos direitos humanos. O uso da crença não pode e não deve justificar nenhuma violação a eles”, afirma ela.

Proibições trabalhistas

Enquanto a mulher russa tem autonomia sobre a gravidez, o cenário não é o mesmo no trabalho. A legislação do país proíbe que mulheres trabalhem em 456 ocupações e 38 ramos da indústria, como por exemplo mergulhadoras profissionais, paraquedistas e motoristas de ônibus, trabalhos considerados “muito árduos, perigosos ou nocivos à saúde das mulheres, sobretudo a sua saúde reprodutiva”, mesmo que elas tenham a formação necessária para o cargo.

Em 2016, o Comitê para a Eliminação da Discriminação contra Mulheres (CEDAW), da Organização das Nações Unidas, solicitou a revisão das regulações trabalhistas que fazem essas proibições, mas ainda não houve resultados.

O pedido do comitê teve início por conta do caso de Svetlana Medvedeva. Graduada em Navegação Marítima, a russa aplicou-se para uma vaga de capitã em navios de uma empresa e, apesar de ter se destacado no processo seletivo, recebeu uma resposta negativa, pois o cargo estava na lista do governo de profissões “perigosas ou nocivas” e banidas às mulheres. Com o

apoio da ONU, ela venceu no papel, mas a Justiça não fez com que a empresa a contratasse e nem mudou a legislação.

Violência contra a mulher

Em fevereiro de 2017, o presidente Vladimir Putin sancionou uma lei polêmica que [despenaliza a violência doméstica](#) e dá “carta branca” para homens baterem em suas mulheres, desde que não deixem marcas ou quebrem ossos. A pena para o agressor que não descumprir os requisitos é uma multa ou trabalho voluntário. Caso a agressão aconteça novamente no período de um ano, ele pode ser preso, porém é a própria vítima que deve coletar e apresentar evidências da violência.

“Não tenho dúvidas que a mudança legislativa da Rússia é lamentável e um imenso retrocesso no que diz respeito ao enfrentamento da violência de gênero contra as mulheres”, lamenta Fabíola.

Ela explica que o Mapa da Violência de 2015 aponta que o Brasil ocupa o 5º lugar no ranking mundial de feminicídio, enquanto a Rússia está em 4º. “A Rússia já foi criticada pelo comitê da CEDAW em razão da falta de legislação apropriada e implementação de políticas adequadas para o enfrentamento da violência contra as mulheres e a violência doméstica.”

Para Fabíola, o retrocesso russo traz à tona a realidade da vulnerabilidade à violência em que as mulheres estão inseridas e frisa que esse tipo de lei é uma violação aos direitos humanos. Isso sem levar em consideração a violência psicológica, igualmente nociva às mulheres. “Entender como atos criminosos de violência doméstica apenas aqueles que causem lesões físicas nas vítimas torna as outras espécies de violência algo banal, que não tenha nenhuma relevância ou relação com as demais”, diz.

Laura Reif

Acuadas, agredidas e sem voz

Repressão às mulheres na Rússia chega ao ponto de, para ser comprovada a agressão, é preciso ter osso quebrado

(UOL, 24/06/2018 - acesse a íntegra no site de origem)

Uma liberdade distante (para elas)

Elas sorriram nos vídeos e, com jeito ingênuo, repetiram palavras ofensivas que rodaram o planeta. Vulneráveis, as russas assediadas na Copa do Mundo ganharam a solidariedade de milhões de brasileiros. Mas essa é só a ponta do iceberg de uma dura realidade dessas mulheres que ainda não conseguem dar o seu grito de liberdade, mesmo com o movimento feminista invadindo a Copa com o basta ao assédio.

Elas ainda são reféns de uma sociedade conservadora em que bater é sinônimo de amar e não

têm proteção. Em 2017, uma lei que descriminalizou a violência doméstica foi aprovada – pelo congresso russo e aprovada por Vladimir Putin – e agora maridos agressivos só vão para a prisão se deixarem marcas a ponto de quebrarem ossos de suas mulheres.

Os números já alarmantes só vêm crescendo. O país mata 14 mil mulheres por ano por violência doméstica e uma mulher é assassinada a cada 40 minutos.

E é esse mesmo país tão contraditório que vê na figura da mulher uma grande força no trabalho. As russas hoje estão inseridas nas grandes empresas. São executivas, empresárias, empreendedoras, mas quando chegam em casa estão submetidas à possibilidade de sofrerem a violência de homens abusivos.

A Copa permitiu a chance de as russas gritarem contra a opressão e o assédio. Mas essa liberdade ainda pode estar bem distante.

Ministério Público vai investigar brasileiros que assediaram mulher na Rússia

Para o MPF, vídeo tem ‘cunho nitidamente machista e discriminatório’. Ato será investigado como crime de injúria.

(HuffPost Brasil, 21/06/2018 - acesse no site de origem)

O Ministério Público Federal no Distrito Federal abriu investigação criminal para identificar os brasileiros que assediaram uma mulher na Rússia e divulgaram a gravação na internet.

O vídeo viralizou e gerou revolta e comentários de repúdio nas redes sociais.

O ato será investigado como crime de injúria (ofensa à honra e à dignidade). Na gravação, os brasileiros fazem a estrangeira repetir palavras que, em português, remetem ao órgão sexual feminino, sem que ela saiba o significado do que diz.

Para o MPF-DF, as imagens têm “cunho nitidamente machista e discriminatório”, e a conduta dos brasileiros feriu a dignidade da mulher e a expôs a “humilhação pública”.

A decisão de abrir inquérito contra os brasileiros, diz o MPF, é baseada nos artigos 1 e 3 da Convenção Internacional sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher:

- Artigo 1: “Para os fins da presente Convenção, discriminação contra a mulher significará toda a distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher,

dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo”.

- Artigo 3: “Os Estados Partes [signatários da convenção] tomarão, em todas as esferas e, em particular, nas esferas política, social, econômica e cultural, todas as medidas apropriadas, inclusive de caráter legislativo, para assegurar o pleno desenvolvimento e progresso da mulher, com o objetivo de garantir-lhe o exercício e o gozo dos direitos humanos e liberdades fundamentais em igualdade de condições com o homem”.

Homens identificados

Ao menos 4 brasileiros que aparecem no vídeo já foram identificados.

Um deles é Luciano Gil Mendes Coelho, engenheiro civil natural de Picos (PI). Em [entrevista](#) ao portal G1, Coelho disse que já pediu desculpas “a todas as mulheres” e responsabilizou o álcool.

“Todos nós somos seres humanos e erramos. Além disso, não conhecíamos ninguém, bebemos um pouco mais da conta e foi isso”, justificou.

Outro homem que aparece nas imagens é Diego Jatobá, advogado e ex-secretário de Turismo de Ipojuca (PE). A Ordem dos Advogados do Brasil em Pernambuco (OAB-PE) informou que vai investigar a conduta do advogado.

O terceiro identificado é o policial Eduardo Nunes, que atua em Lages (SC). A Polícia Militar de Santa Catarina informou que abrirá um processo administrativo para apurar a “conduta irregular do militar”.

“A corporação não corrobora com este tipo de atitude que é incompatível com a profissão e o decoro da classe”, disse a PM, em nota enviada à imprensa.

O quarto é o jornalista Leonardo da Silva Júnior. Conhecido como Leo Catuaba Selvagem, ele foi criticado por colegas de universidade em uma [carta de repúdio](#) divulgada nas redes sociais.

“Nós, jornalistas, ex-alunas/os da Universidade Metodista de São Paulo, do curso de Jornalismo, graduadas/os no ano de 2006, no período noturno, vimos por meio desta carta declarar o nosso absoluto repúdio ao ato do colega de turma Leonardo da Silva Júnior, conhecido nas redes sociais como Leo Catuaba Selvagem, que, junto de um grupo de homens, praticou assédio contra uma mulher russa, fato registrado em vídeo pelos próprios assediadores e que vem sendo amplamente divulgado e criticado.”

Débora Melo

[Brasileiros que assediaram mulher podem](#)

responder por crime na Rússia

Jurista e ativista russa protocolou petição para que o Ministério de Assuntos Interiores do país investigue a conduta dos torcedores

(Metrópolis, 20/06/2018 - acesse no site de origem)

A repercussão negativa e a indignação geradas com o vídeo em que homens brasileiros assediaram uma mulher estrangeira no meio da rua, levaram a jurista russa Alyona Popova a denunciar o grupo formalmente. Ela produziu uma petição contra os atos machistas por violência e humilhação pública à honra e à dignidade de outra pessoa.

O documento foi protocolado e o Ministério de Assuntos Interiores da Rússia deve começar a investigar o caso, inclusive com base no que foi publicado pela imprensa local e internacional. Alyona também criou um abaixo-assinado para pressionar as autoridades a tomarem alguma decisão sobre o caso

De acordo com Alyona, que é ativista feminista e uma das maiores referências no país em defesa dos direitos das mulheres, as punições para o caso, no país, podem variar de multa a restrições. Ela afirmou ainda, na representação oficial, que os torcedores brasileiros deveriam pedir desculpas à mulher ofendida.

O vídeo foi publicado na noite de sábado (16/6). Nas imagens, os homens aproximaram-se de uma jovem, aparentemente russa, e fizeram uma gravação com ela. Nas redes sociais, o ato foi apontado como uma demonstração de machismo e racismo.

Entre outros impropérios, o grupo cantou “essa buceta é bem rosinha”, referindo-se à cor da mulher. A moça, que obviamente não entende uma única palavra em português, cantou junto com eles, sem ter noção do desrespeito. A objetificação pela qual a estrangeira passa - uma pessoa é reduzida aos órgãos genitais - foi considerada ofensiva pelos internautas.

Além do machismo alarmante, tendo em vista que um grupo de adultos achou por bem fazer comentários grotescos sobre o corpo de uma desconhecida na rua, há indícios de racismo no episódio. Ao exaltar a cor da mulher, deduz-se que outros tons de pele são inferiores.

Três torcedores foram identificados no vídeo. O primeiro foi o ex-secretário de Turismo do município de Ipojuca (PE) [Diego Valença Jatobá](#). Ele já passou por um processo público em que teve que responder ao Tribunal de Contas do estado, que o julgou por descumprir a Lei de Licitações (Lei Federal nº 8.666/93).

O segundo homem identificado foi [Eduardo Nunes](#), tenente da Polícia Militar em Lages, Santa Catarina. Em nota, a PM catarinense disse que “não corrobora com esse tipo de atitude, que é incompatível com a profissão e o decoro da classe”. Além disso, vão abrir um processo administrativo-disciplinar para apurar a conduta do militar assim que ele retornar de viagem.

O terceiro torcedor é o engenheiro civil [Luciano Gil Mendes Coelho](#), que aparece de camisa preta, à direita da imagem. Ele estaria envolvido em esquemas de desvio de dinheiro público na cidade de Araripina (PE) e foi preso na Operação Paradise, da Polícia Federal, em maio de 2015.

Coelho trabalha na empresa LG Jaicós Engenharia LTDA e é réu em ação de improbidade administrativa ajuizada pelo Ministério Público do Piauí (MPPI). O engenheiro teria superfaturado a obra de quatro quiosques na cidade de Simões (PI), tendo vencido o certame de licitações com uma oferta de R\$ 96.141,83.

UE critica “passo atrás” da Rússia ao descriminalizar violência doméstica

O Serviço de Ação Exterior da União Europeia qualificou nesta quarta-feira como um “passo atrás” para a Rússia a lei que despenaliza a violência doméstica promulgada pelo presidente Vladimir Putin.

(UOL, 08/02/2017 - acesse no site de origem)

“Nenhum país é imune à violência doméstica, que tantas vítimas causa no mundo a cada ano. A nova legislação russa é, nesse sentido, um claro passo atrás no compromisso do país para combater a violência contra as mulheres e as crianças”, declarou em comunicado um porta-voz do Serviço de Ação Exterior da UE.

A nota ressalta que, enquanto “a maioria dos países na Europa está tomando medidas para conter a violência e a violência contra as mulheres, e para conscientizar sobre essa séria violação dos direitos humanos”, a nova lei russa vai “na direção oposta”.

Segundo a nova lei, as agressões que causem dor física, mas não lesões, e deixem hematomas, arranhões ou ferimentos superficiais na vítima não serão consideradas um crime, mas falta administrativa.

Só quando o agressor voltar a bater no mesmo familiar no prazo de um ano poderá ser processado pela via penal e punido com a prisão, sempre e quando o agredido consiga demonstrar os fatos, porque a Justiça não atuará de ofício nestes casos.

“Esta lei fracassa no reconhecimento de um tipo de violência muito específica contra a mulher e ameaça com severas consequências tanto para as vítimas como para a sociedade em seu conjunto”, destacou Bruxelas.

A União Europeia “seguirá lutando para promover a erradicação da violência doméstica, proteger àqueles que são vulneráveis e para apoiar às vítimas, tanto dentro como fora da Europa”, concluiu o comunicado.

[Putin promulga lei que descriminaliza violência doméstica](#)

Deputados conservadores que impulsionaram texto argumentam que o mesmo busca corrigir uma 'anomalia' na lei

[\(O Estado de S. Paulo, 07/02/2017 - acesse no site de origem\)](#)

O presidente russo, Vladimir Putin, promulgou nesta terça-feira, 7, a polêmica lei sobre a descriminalização da violência doméstica, que limita o arsenal jurídico à disposição das vítimas e reduz as penas dos agressores.

A lei, adotada no fim de janeiro por uma ampla maioria dos deputados e votada em fevereiro pelos senadores, reduz as penas por violência doméstica.

Também descriminaliza as agressões cometidas em uma família quando estas não causarem sequelas graves nem tiverem antecedentes, e prevê uma multa de 30 mil rublos (€ 470), enquanto a atual legislação penaliza com até dois anos de prisão os culpados de violência doméstica.

Os deputados conservadores que impulsionaram o texto argumentam que o mesmo busca corrigir uma "anomalia" na lei russa, que até agora julga os autores de violência doméstica pelo direito penal, enquanto a cometida fora do círculo familiar compete ao direito civil.

Contudo, o projeto de lei foi criticado por ativistas russos de direitos humanos, que consideram que ela solapa a luta contra a violência doméstica.

[Por que a Rússia acredita que a violência doméstica não deve ser considerada crime](#)

Marina conta sua história numa voz tranquila, mas os detalhes são horríveis.

[\(BBC Brasil, 31/01/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Ela diz que seu marido bateu nela quase todo dia por mais de um ano. Puxando a meia, mostra uma grande cicatriz em seu calcanhar, onde uma placa de metal foi enfiada. Seus pés e quadris foram esmagados quando foi empurrada pela janela de seu apartamento, que fica no segundo andar.

Mais de 600 mulheres russas são mortas em suas casas a cada mês, de acordo com estimativas policiais. E alguns temem que a situação piore ainda mais agora: A Câmara dos Deputados da Rússia aprovou uma emenda que retira a violência doméstica do código criminal.

No caso de Marina, ela sobreviveu à queda de dois andares, mas passou três meses numa cadeira de rodas. Mesmo assim, os abusos não cessaram.

“Depois que ele me bateu enquanto eu estava na cadeira de rodas, fui à polícia”, lembra ela, que agora vive num abrigo para mulheres vulneráveis no subúrbio de Moscou.

“Meu rosto estava inchado e meus lábios, divididos no meio. Mas mesmo isso não o deteve. Eu estava na delegacia em lágrimas dizendo que não podia voltar para casa porque ele iria me bater”, conta Marina.

“Mas o policial disse ‘isso não é um hotel, nós não podemos mantê-la aqui’, e foi isso.”



A emenda de Olga Batalina é parte de um combate aos valores ocidentais (Foto: Divulgação)

‘Proteção à família’

Se o presidente Vladimir Putin assinar a mudança na lei, como esperado, réus primários que baterem em membros da família, mas não forte o suficiente para que a vítima seja hospitalizada, não serão sentenciados à prisão.

A penalidade máxima será uma multa ou até uma noite na prisão sob custódia policial. A emenda tramitou no parlamento em meio a discussões sobre como proteger a família de interferência.

“Para nós, é extremamente importante proteger a família como uma instituição”, explicou Olga Batalina, uma das autoras da emenda.

A proposta dela reverte uma mudança aprovada em julho passado, quando bater em parentes foi definido como uma ofensa criminal.

Celebrada por ativistas de direitos das mulheres, a mudança gerou alvoroço entre a cada vez mais conservadora classe política russa.

Deputados a condenaram como “contra a família”, argumentando que um estranho poderia bater numa criança e ter uma multa, enquanto um pai que fizesse o mesmo seria condenado à prisão.

Combate aos valores ocidentais

Reverter essa mudança é parte de uma contraposição mais ampla na Rússia aos valores ocidentais, que muitos veem como estranhos ao país.

“Estamos falando de conflitos de famílias. Você não deveria olhar para esse problema de um ponto de vista liberal”, argumentou o deputado ultraconservador Vitaly Milonov.

“Isso é como ter três numa cama. Você está dormindo com sua mulher - e uma organização de direitos humanos.”

Mas Marina e aqueles que coordenam o abrigo acreditam que vítimas de abuso precisam de mais proteção legal, não menos.

Hoje, há cinco famílias apertadas numa casa no terreno de um mosteiro ortodoxo.



Alyona Sadikova, que coordena o abrigo no subúrbio de Moscou, está chocada com a decisão de reverter a lei (Foto: Reprodução)

O lugar tem o barulho de crianças brincando - é agradavelmente caótico, confortável e seguro. Financiado por entidades de caridade, dá abrigo e aconselhamento às mulheres.

Elas também recebem orientação sobre como prestar queixa criminal contra os abusadores,

um processo difícil mesmo antes de a lei ser mudada.

“Apenas uma mulher conseguiu levar seu caso à Justiça”, disse a diretora do abrigo, Alyona Sadikova. Mesmo assim, o agressor recebeu anistia e foi solto depois de um mês na prisão.

“Agora a punição máxima por espancamento é uma multa. E se a mulher for para casa, o marido pode se vingar”, alerta.

A mudança legal também devolve a responsabilidade de prestar queixa criminal e coletar evidências para a vítima: os policiais não vão automaticamente abrir o caso.

“Para uma pessoa que está numa crise profunda, isso é simplesmente irreal”, argumenta a diretora do abrigo.

‘Liberdade para bater’

Um projeto de lei específico para tratar da violência doméstica foi enviado ao parlamento há mais de um ano. Ele inclui ordens de restrição, prevenção e treinamento especial dos policiais.

Mas a proposta não teve avanço. Em vez disso, deputados abrandaram as penalidades contra abusadores.

“É como se tivessem liberdade para bater, como se um tapa ou um empurrão não fossem algo sério. Mas isso pode levar a consequências muito graves”, alerta Irina Matvienko.

Ela é responsável por um serviço telefônico no centro Anna, que recebeu cerca de 5 mil chamadas ano passado de mulheres buscando ajuda.



A filha de Marina também vive no abrigo (Foto: Reprodução)

“A violência doméstica não é uma briga de família normal. Estamos falando de um

comportamento sistemático. Então permitir a impunidade é muito perigoso, porque a mulher está cara a cara com seu agressor”, argumenta.

Marina agora está segura e, pouco a pouco, começa a reconstruir sua vida.

Ela tem um emprego na padaria do mosteiro e está fazendo economias para se mudar para um apartamento com a filha de 10 anos. Mas não conseguiu evitar que a mais nova fugisse de casa descalça e em pânico - e luta contra o marido por sua custódia.

“Como eles podem deixar que ela fique com ele, apesar de tudo o que ele fez?”, questiona Marina.

Apesar das cicatrizes em seu corpo, seu marido nunca foi condenado. A preocupação é que menos agressores vão responder a processos agora, e intervir antes que o abuso se torne perigoso pode ficar ainda mais difícil.

Sarah Rainsford

Parlamento russo aprova “lei da bofetada” e descriminaliza violência doméstica

A nova lei passará agora por uma votação no Conselho da Federação do Senado, onde nenhuma oposição é esperada

(Público, 28/01/2017 - [acesse no site de origem](#))

O Parlamento russo, a Duma, aprovou esta sexta-feira a descriminalização da violência doméstica com 380 votos contra três. A nova moldura legal não prevê penalizações nos casos em que “não existam lesões corporais graves” e quando não ocorram mais do que uma vez por ano. A violência doméstica passa de uma ofensa criminal a uma ofensa administrativa.

Segundo a agência de notícias russa Tass, a legislação agora aprovada, a chamada “lei da bofetada”, altera o artigo 116.º do código penal russo ao excluir das ofensas criminais as agressões físicas a familiares, sejam pais que batam nos filhos ou maridos que agridam esposas. Só no caso de haver agressões recorrentes é que alguém poderá vir a ser processado criminalmente.

A nova legislação descriminaliza agressões com dor física, desde que não causem “lesões corporais graves”. Só no caso de haver algum risco para a saúde da vítima é que o agressor enfrenta acusações criminais.

Nos casos de agressões repetidas os acusados enfrentam uma multa até 40 mil rublos (621 euros), serviço comunitário obrigatório até seis meses ou uma pena de prisão até três meses. O delito administrativo para agressões físicas pela primeira vez prevê uma multa de até 30 mil rublos (466), prisão até 15 dias ou serviço comunitário obrigatório até 120 horas.

A primeira proposta para despenalizar a violência familiar provocou polémica. Vyacheslav Volodin, porta-voz da Duma, classificou esta lei como sendo de “de alto nível” e prometeu levar em conta a opinião pública durante a segunda discussão.

Segundo a agência Tass, no início desta semana, Volodin disse aos jornalistas que as sondagens mostraram que 59% dos entrevistados se pronunciaram contra a punição severa por pequenos conflitos na família, quando daí não resultassem danos físicos ou lesões graves.

A nova legislação descriminaliza agressões com dor física, desde que não causem “lesões corporais graves”. Só no caso de haver algum risco para a saúde da vítima é que o agressor enfrenta acusações criminais.

Por seu lado, a deputada Olga Batálina, uma das autoras da lei, citou o Centro de Pesquisa de Opinião Pública da Rússia para dizer que a maioria dos russos condena a violência doméstica, mas apoia a iniciativa de aliviar as penas para agressões pela primeira vez.

Outra deputada, Yelena Mizúlina, ultraconservadora do Partido Rússia Justa, também co-autora da lei, afirmou na semana passada que a nova legislação aplica-se a agressões que provoquem apenas “contusões e escoriações”, que, no seu entender, são agressões livres de responsabilidade. “Na tradição cultural da família russa, as relações entre pais e filhos estão construídas sobre a autoridade dos pais”, apontou Mizúlina, citada pelo El País. E acrescentou que “as leis devem apoiar esta tradição familiar”. Esta foi a mesma deputada que no Verão de 2013 impulsionou a lei contra a propaganda homossexual, discriminatória a minorias sexuais.

A nova lei passará agora por uma votação no Conselho da Federação do Senado, onde nenhuma oposição é esperada. Deverá ser depois aprovada pelo presidente Vladimir Putin, que já se mostrou favorável à sua aplicação.

Esta lei faz com que a Rússia se torne no país da Europa com a legislação sobre a violência doméstica mais permissiva. E isto acontece à revelia das sugestões da ONU e do Centro Anti-Discriminação “Memorial”, que classificam os esforços para acabar com as práticas tradicionais de violência doméstica como “insuficientes”.

Na Rússia a violência no seio familiar é um problema grave. As vítimas são quase sempre mulheres: 74% das vítimas pertencem ao género feminino, e em 91% dos casos, as agressões são perpetradas por cônjuges ou companheiros, concluem estudos do Governo russo. Dados do Governo russo, também citados pelo El País, apontavam para 36 mil mulheres agredidas todos os dias. As mortes, uma das consequências do espancamento, são frequentes: dados de 2008 indicam que 14 mil mulheres morreram por agressão só nesse ano. Este número foi confirmado pelo Ministério do Interior russo.